

Nosso texto tem por objetivo discutir as estratégias adotadas pelas elites econômicas e políticas para combater a democracia. O recorte específico são as práticas e os discursos ideológicos adotados a partir de meados dos anos 1970 nos Estados Unidos. Dois pontos merecem destaque: em primeiro lugar, o governo estadunidense passou a adotar cada vez mais a agenda ditada pelas corporações e pelos grandes grupos econômicos; em segundo lugar, o sistema judiciário atuou de forma militante para conferir privilégios e concessões especiais ao poder econômico. Atuando de modo coordenado, tanto a esfera política quanto a esfera jurídica passaram a agir cada vez mais como correias de transmissão, verdadeiros mecanismos obedientes, disciplinados pelo setor empresarial. Os impactos profundos dessa nova realidade foram sentidos na economia, na política e na cultura em sentido amplo.

Evidentemente que o predomínio das grandes corporações já existia antes. O que acontece a partir desse período é uma mudança de escala. Há um acirramento no grau de intensidade. O governo acentua seu papel de gestor dos negócios do capital. Isso acontece sobretudo a partir de um diagnóstico feito pelos donos do poder: era um período de crise da democracia. Na perspectiva deles, essa crise teria sido gerada pelo excesso de participação da população a partir dos anos 1960 na vida pública estadunidense. Mulheres, jovens, negros, lutadores dos movimentos civis e dos movimentos de trabalhadores teriam trazido um desequilíbrio democrático. Sua interferência na atuação política colocava em risco o regime de fachada democrática encenada pelos capitalistas. Por isso era necessário agir. Todos os setores da população tinham de voltar ao seu papel de espectadores do jogo político. Nesse sentido, a contrarrevolução neoliberal estabeleceu vários alvos.

Um deles mereceu especial atenção: o movimento organizado de trabalhadores e sindicatos. Em um esforço conjunto do governo, das grandes corporações e dos grandes grupos de mídia, foi sendo criada uma atmosfera cultural para deslegitimar o movimento organizado de trabalhadoras e trabalhadores. Tentaremos, portanto, discutir alguns aspectos dessa estratégia: uma estratégia que unifica política, economia e cultura como armas de luta contra a democracia.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (USP)

## Economia, política e cultura

Economia, política e cultura devem ser pensadas juntas. A separação delas em diferentes setores atende normalmente aos interesses dos donos do poder. Sabemos que muitas vezes, para efeitos didáticos e de estudo, essa separação acaba acontecendo. É verdade também que ninguém pode dominar em profundidade várias áreas. Mas para efeitos práticos e políticos, respeitando nossas afinidades e capacidades, não podemos cair na armadilha da divisão e da separação.

Quem acha a economia muito difícil, corre o risco de ter uma visão ingênua sobre a cultura. Quem menospreza a política, pode ver a cultura de maneira idealizada. Quem desdenha a cultura, talvez acabe por não compreender efetivamente as consequências da economia e da política em nossas vidas. Compreender e criticar esses campos de conhecimento, pensando no quanto estão entrelaçados, significa compreender e criticar alguns dos mais fortes mecanismos de dominação a que estamos sujeitos.

Concentração de poder econômico gera concentração de poder político. Essa concentração de poder político destrói os alicerces da democracia<sup>2</sup>. A ausência de democracia é fundamental para a manutenção da riqueza em poucas mãos. Isso eventualmente pode levar ao surgimento de conflitos. Uma das funções da cultura é administrar, minimizar e encobrir tais conflitos. Mas a cultura pode e deve ser mais do que isso. Isso acontece, por exemplo, quando mostra que a realidade pode ser transformada, ou ainda, quando desmascara os valores hegemônicos.

Quem tem o domínio material de uma época, tem o domínio espiritual dessa mesma época<sup>3</sup>. A hegemonia do poder econômico está relacionada à hegemonia no campo político e cultural. Manter a propriedade de setores da vida econômica significa manter a posse das esferas políticas e culturais. Controlar grandes setores da indústria, do comércio e dos serviços depende da necessidade de controlar eleições, partidos e lideranças políticas. Depende também da necessidade de controlar grupos de mídia, fontes de financiamento e, sobretudo, o conteúdo do que é produzido na esfera cultural.

---

<sup>2</sup> Ver Noam Chomsky. *Requiem for the American Dream*. New York: Seven Stories Press, 2017.

<sup>3</sup> Ver Karl Marx e Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Não é por acaso que as forças hegemônicas dentro do capitalismo não separam economia, política e cultura. Unificam continuamente os três setores. Mas dizem o tempo todo que a economia é uma coisa, a política é outra, e as artes e a cultura têm de ser pensadas como reinos autônomos. Dizem isso, mas não fazem. Seguem a máxima: façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço. Vendem e divulgam de maneira disciplinada esse discurso. Muitas vezes para convencer justamente aquelas e aqueles que estão lutando contra sua hegemonia.

Por isso a luta de resistência contra a hegemonia do capital no campo econômico e político tem de necessariamente passar pela luta contra a hegemonia no campo cultural. Essa é uma realidade para a qual trabalhadoras e trabalhadores devem estar atentos. Economia, política e cultura dizem respeito ao modo como produzimos, distribuimos e utilizamos os bens e serviços necessários para a nossa vida cotidiana. Podem e devem ser entendidas, em sentido amplo, como um modo de vida que orienta nossa existência em diferentes momentos históricos. Sempre atuando de maneira interdependente. São tramas de um mesmo tecido. Para descosturar e tecer algo novo precisamos puxar o fio da cultura – e também o da economia e o da política.

Vamos ver rapidamente como isso acontece em alguns exemplos<sup>4</sup>. O primeiro deles vem do século passado, quanto observamos as origens e os desenvolvimentos da indústria da propaganda e da publicidade. Durante a Primeira Guerra Mundial a maioria da população dos Estados Unidos não era favorável à entrada do país na guerra. Viam o conflito como um problema essencialmente europeu. O governo estadunidense criou um departamento, modelo daquilo que viria a ser conhecido como o setor de publicidade e propaganda, para convencer a população sobre as atrocidades cometidas pelos alemães. Exageraram dados, distorceram fatos e em pouco tempo conseguiram modificar a opinião pública. O sucesso foi tanto que, pouco tempo depois, começaram a utilizar a mesma estratégia para criar o temor acerca do “perigo vermelho”, ou seja, combater as ideias socialistas e comunistas.

Durante a década de 1920 movimentos sociais, sindicatos, organizações de trabalhadores, grupos anarquistas e socialistas de vários matizes foram perseguidos e, na medida do possível, banidos. Tudo isso era feito tanto de forma material quanto espiritual. Para explorar a mão-de-obra era necessário também ganhar corações e mentes. O controle das fábricas e dos

---

<sup>4</sup> Os exemplos históricos e toda linha argumentativa foram retirados de Noam Chomsky. *Media Control – the spectacular achievements of propaganda*. New York: Seven Stories Press, 2002.

ambientes de trabalho andava de mãos dadas com o controle sobre a forma como as pessoas votavam, como elegiam seus representantes políticos. Essa atmosfera de vigilância também abarcava o tipo de conhecimento e de bens culturais a que a classe trabalhadora tinha acesso.

Um segundo exemplo é ainda mais ilustrativo. Ressoa de maneira mais forte nos nossos dias. Depois da Segunda Guerra Mundial os setores de relações públicas e de publicidade e propaganda foram aperfeiçoando ainda mais seus métodos. Aproveitando tendências anteriores, procuraram fragilizar sorrateiramente uns dos pilares básicos do capitalismo: ao menos no discurso, esse seria um sistema em que consumidores bem-informados tomariam decisões racionais sobre as mercadorias a serem compradas. Prestemos atenção: como condição necessária, o acesso à informação confiável e relevante; como consequência, a possibilidade de tomar decisões racionais.

Mas o que acabou acontecendo na prática? A poderosa indústria da publicidade e propaganda foi um dos instrumentos na esfera cultural que modificou tudo isso. Evidentemente que não foi o único instrumento utilizado, mas foi um dos mais significativos. Serve de sinal, por exemplo, para entendermos toda a indústria do entretenimento, desde a que produz obras de consumo mais fácil até as obras consideradas mais difíceis. Como a lógica do sistema capitalista é a obtenção de lucro, basta olharmos para o papel que a esfera cultural hegemônica tem desempenhado: alimentar um rebanho de consumidores mal-informados que tomam decisões irracionais. Foi essa uma das grandes inovações da publicidade e da propaganda.

Isso materializa aquilo que podemos ver como nosso terceiro exemplo, na verdade um aprofundamento inevitável do exemplo anterior. A esfera cultural hegemônica incentiva a desinformação e a irracionalidade. Cumpre com isso uma dupla tarefa: promove o esquecimento sobre a história da humanidade e ao mesmo tempo assegura o consumo baseado na inutilidade. Conhecer a história tem desdobramentos poderosos: conhecemos nossa trajetória, como chegamos até aqui, como criamos em termos materiais e espirituais nossa narrativa coletiva. Conhecer a história também anima nossa curiosidade: sobre os produtos, as ideias e as características necessárias para nossa sobrevivência. Tal curiosidade pode inclusive fazer com que passemos a valorizar um dos mais belos instintos humanos: a razão.

Bancos, instituições financeiras, multinacionais e seus lacaios nos espaços políticos e culturais gostam de um público com amnésia histórica e incapaz de tomar decisões conscientes. Os donos do poder ficam incomodados com a força da história da humanidade: uma história feita de tragédias, injustiças e arbítrio, mas também de desobediência, revolta e revoluções – e muita solidariedade. Consumidores desinformados são levados mais facilmente para os caminhos da apatia e do conformismo. Em virtude disso, para os interessados na superação do modo capitalista de produção, uma tarefa importante é mostrar uma trilha diferente. Fazer as conexões entre os mundos da economia, da política e da cultura. Ligar os pontos, puxar os fios. Tecer outra trama. Lembrar que sonhadores podem ser perseguidos e mortos, mas os sonhos não morrem. Lembrar que, atuando coletivamente, podemos trazer a poesia do futuro e semear o presente.

Nosso quarto exemplo pode servir para discutir isso. O mundo criado pelas noções da cultura hegemônica geralmente é um mundo em que prevalece a imagem do indivíduo. Isolado em suas derrotas. Idolatrado em suas vitórias. Por isso que para os defensores do sistema capitalista, essa imagem do indivíduo, visto como núcleo essencial da sociedade de consumo, tem sido bastante enfatizada desde o século passado. Basta acompanharmos o quão importante é a relação dos consumidores com a televisão, o computador e, mais recentemente, com os celulares. Potencialmente isso poderia ser uma ligação com vários mundos da imaginação e do conhecimento. Mas o domínio das corporações assegura que você e seu aparelho tenham uma relação bastante delimitada. E essa relação é apenas mais uma das manifestações da ênfase em fantasias que devem ser vividas apenas no plano individual. Fantasias estas tanto mais propagandeadas quanto mais aviltadas são as lutas coletivas. Para os senhores da ordem, a melhor escravidão é aquela em que os escravos têm a ilusão de liberdade.

#### Combate aos sindicatos

Nas últimas quatro ou cinco décadas temos vivido uma contrarrevolução neoliberal. Mais uma vez a experiência dos Estados Unidos pode ser reveladora. Um recente estudo do economista Dean Baker procura investigar de que modo o enfraquecimento dos sindicatos foi um capítulo importante nessa contrarrevolução. A história sucinta desse período, muito bem discutida por Baker, serve como descrição das políticas governamentais que foram adotadas

para favorecer a renda dos setores já privilegiados da sociedade e minar os ganhos dos trabalhadores e do restante da população.

Baker lembra que o *National Labor Relations Board* (NLRB) foi criado em 1935 para assegurar o direito de organização dos trabalhadores e para tentar garantir o equilíbrio nas negociações entre empregados e empregadores. As medidas adotadas pelo NLRB, juntamente com as inúmeras iniciativas de mobilização por parte da classe trabalhadora, geraram um significativo aumento no grau de sindicalização nas décadas de 1930 e 1940. O auge do número de filiados aos sindicatos aconteceu em meados da década de 1950. A partir desse momento houve um declínio lento, mas foi sobretudo a partir dos anos 1980 que a taxa de sindicalização atingiu uma progressiva e drástica redução, atingindo os baixíssimos níveis atuais.

Embora inúmeros outros fatores tenham contribuído para essa queda na importância dos sindicatos, Baker enfatiza que decisões políticas foram determinantes. Na configuração em que economia, política e cultura estão interligados, o Estado passou a atuar como o grande organizador das demandas feitas por empresas e conglomerados econômicos. A capacidade de fiscalização do NLRB sempre teve um escopo limitado, dependendo constantemente da contínua mobilização dos trabalhadores. Mas a manutenção de uma estrutura de governo favorável era fundamental para as negociações. Em outros termos, a atuação do NLRB garantia uma salvaguarda política e institucional para as lutas dos trabalhadores. Contudo, a partir do final dos anos 1970, isso mudaria. As corporações passariam a desfrutar de um clima econômico e político muito mais vantajoso para atuar em prol de seus objetivos. Fizeram isso de maneira agressiva e obstinada, principalmente em duas frentes: de um lado, impedindo que fossem formados sindicatos nos locais de trabalho que não possuíam sindicatos atuantes; de outro lado, sabotando e minando os sindicatos já existentes.

Combater tais práticas empresariais exigiria um papel mais firme do NLRB. Porém a ligação entre poder econômico e político ficaria ainda mais escancarada a partir da administração de Ronald Reagan. As práticas do NLRB no governo do republicano penderam para o favorecimento dos setores patronais. Como destacado por Baker, além de se transformar num órgão governamental cada vez mais amigável em relação aos interesses das empresas, também teve sua estrutura reduzida e esvaziada, com poucos funcionários para o acompanhamento dos processos e negociações. Essa tática fez com que empregadores,

conselhos diretores e acionistas tivessem todas as condições para perseguir, enfraquecer e, por fim, efetivamente destruir muitos sindicatos.

Um fator determinante nessa guerra declarada aos sindicatos foi a utilização de trabalhadores substitutos em lugar daqueles que estavam em greve. Essa manobra espúria significava a real possibilidade de perda do emprego. O uso de trabalhadores substitutos não era proibido por lei, mas nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial um pacto havia sido estabelecido: normas que regulavam as relações entre empregados e empregadores faziam com que tal substituição raramente fosse adotada. Baker assinala que isso “mudou completamente nos anos 1980, depois que o Presidente Reagan demitiu os controladores de tráfego aéreo em greve e os substituiu por controladores vindos do setor militar”. Até aquele momento, as greves no setor público haviam sido solucionadas sem demissões em massa. Agora o padrão mudara. O recado estava claro. Na nova conjuntura, o governo dava o exemplo e o sinal verde para que os demais setores da economia fizessem o mesmo.

Desnecessário dizer que a lição foi seguida à risca. O impacto no mercado de trabalho foi imediato, atingindo de forma devastadora os sindicatos. O instrumento da greve deixou de ser uma carta na manga, uma arma com a qual os sindicatos podiam contar. Os trabalhadores agora não temiam perder alguns dias ou semanas de pagamento, mas sim seu próprio posto de trabalho. O resultado foi que os sindicatos passaram a evitar as greves e com isso perderam grande parte de sua força na mesa de negociação. “Isso não apenas prejudicou diretamente os trabalhadores que já eram sindicalizados, mas também fez com que os sindicatos parecessem mais fracos aos olhos dos não sindicalizados. Os benefícios da filiação sindical se tornaram bem menos claros num contexto em que os sindicatos repetidamente eram forçados a fazer concessões nos contratos.”<sup>5</sup>

O enfraquecimento dos sindicatos causou impactos para além dos prejuízos na remuneração e nas condições de trabalho de seus associados. Os contratos elaborados pelos sindicatos normalmente fixavam padrões para diversos setores da economia, uma vez que muitas empresas adotavam condições semelhantes como forma de atrair e manter os trabalhadores mais competentes e capacitados. Outra razão para que as empresas também estendessem os benefícios para a mão de obra não sindicalizada era uma medida preventiva: evitar que a força

---

<sup>5</sup> Baker, Dean. *Rigged: How globalization and the rules of the modern economy were structured to make the rich richer*. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research, 2016, pos. 481.

de trabalho insatisfeita se organizasse de forma autônoma, reivindicando mais direitos. Como destaca Baker, a existência dos sindicatos fortalecidos acabava tendo um efeito multiplicador. Os ganhos para o restante da população eram palpáveis. Por isso o enfraquecimento dos sindicatos também foi uma oportunidade para não atender outras demandas da população. Do ponto de vista dos donos do poder, isso foi algo essencial para combater os riscos da democracia.

Mas existe ainda outra consequência na guerra travada contra os sindicatos. Numa interessante entrevista, Frank Annunziato lembra que dizimar os sindicatos representou também um esforço importante: retirar do imaginário estadunidense quaisquer simpatias por ideias de esquerda ou até mesmo progressistas. No terreno do anticomunismo durante o período da Guerra Fria, os sindicatos foram acusados de serem refúgios comunistas. Com isso foi feita uma devassa no funcionamento e nas estruturas sindicais, eliminando muitas das práticas de atuação que os sindicatos haviam desenvolvido historicamente. A perseguição e a repressão foram legitimadas pelo discurso que, num contexto mais amplo, serviu para desacreditar a esquerda e o movimento trabalhista<sup>6</sup>.

#### Buscando uma saída

Unificando aspectos da economia, da política e da cultura, Richard Wolff lembra que líderes políticos e empresariais, a mídia hegemônica e a academia foram responsáveis pela criação de uma “ansiedade paranoica” entre os estadunidenses. Esse distúrbio em massa criou a obsessão por suspeitar de tudo que fosse minimamente associado à esquerda política, enxergar riscos de subversão nos mais variados lugares e, por fim, evitar grupos e organizações – a não ser as religiosas e as abertamente patrióticas. Os malefícios desse estado mental nacional foram incalculáveis no que se refere aos sindicatos e aos movimentos dos trabalhadores.

Essa situação não é de todo desconhecida. Mas Wolff ressalta outro ponto que julgamos fundamental: é necessário reconhecer que nem os sindicatos nem a esquerda foram capazes de implementar uma estratégia de resistência aos ataques sofridos nas últimas quatro décadas ou mais. Em sua opinião, um passo primordial seria reposicionar os sindicatos e seus aliados como “defensores de amplos ganhos sociais” para a maioria da população. Para não serem

---

<sup>6</sup> Wolff, Richard e Annunziato, Frank. *Economic Update: US Labor Unions: Past, Present, Future*. 16 de abril de 2017. Disponível em: [https://www.democracyatwork.info/eu\\_us\\_labor\\_unions](https://www.democracyatwork.info/eu_us_labor_unions)

classificados como grupos voltados a interesses particulares e exclusivos, “os sindicatos devem trabalhar para muito mais do que os interesses de seus próprios membros”<sup>7</sup>.

Em sua opinião, a possível estratégia seria o estabelecimento de uma nova aliança entre “sindicatos, organizações comunitárias e movimentos sociais”. O objetivo manifesto dessa aliança seria a preparação para uma fase de transição, em que a maior parte da economia seria constituída por cooperativas de trabalhadores. Para reforçar seu argumento, Wolff lembra que nas “organizações geridas por trabalhadores”, as novas cooperativas, todos podem decidir democraticamente o que, como e onde produzir. Também a forma de distribuir e aplicar os recursos conseguidos são discutidos coletivamente. Essa vivência prática capacita a todos. A hierarquização entre chefes e subordinados, os mecanismos da autoridade, a concentração de poder: tudo isso passa a ser visto sob outra perspectiva e pode ser criticado.

A aliança pode ser benéfica para os sindicatos. Wolff assinala que as cooperativas de trabalhadores podem apontar para um novo horizonte. Considerando por exemplo o caso das empresas que ameaçam realocar seus negócios, indo para outras regiões ou países, os sindicatos não teriam mais a necessidade de fazer concessões ou aceitar a redução de salários e benefícios para que as empresas mantenham suas atividades. Uma cooperativa dos próprios trabalhadores poderia assumir o controle e o gerenciamento. Inúmeros exemplos comprovam a viabilidade dessa solução. Outro exemplo mencionado por Wolff são os programas federais ou estaduais de combate ao desemprego que poderiam ter seus recursos direcionados para o fomento de cooperativas dos trabalhadores. Iniciativas bem-sucedidas nesse sentido já estão sendo implementadas na Itália.

Wolff lembra ainda que o crescimento das cooperativas permitiria “duas novas liberdades de escolha”: em primeiro lugar, escolher entre trabalhar numa instituição capitalista, hierarquizada e com as decisões tomadas de cima para baixo, ou atuar numa cooperativa democrática de trabalhadores livremente associados; em segundo lugar, escolher entre comprar produtos e serviços de uma empresa capitalista ou de uma cooperativa. Os efeitos multiplicadores das novas práticas nas cooperativas poderiam ser sentidos em vários setores da economia e da vida social como um todo. Provavelmente significaria um novo tipo de

---

<sup>7</sup> Wolff, Richard. “Organized labor's decline in the US is well-known. But what drove it?”. *The Guardian*. 2 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/sep/02/labor-unions-decline-can-turnaround>

impulso para sindicatos, organizações comunitárias e movimentos sociais. No longo prazo, todas essas instituições teriam novos formatos e novas funções, uma vez que o modo de produção estaria sendo transformado.

O controle democrático dos produtores sobre os meios de produção não pode ser um debate censurado e interditado nos discursos econômicos, políticos e culturais. Esse controle pode sugerir a transição efetiva para um outro modo de produzir, distribuir e consumir os bens e serviços necessários para nossa vida material e espiritual. Pode, finalmente, sugerir um caminho para “abolir todas as formas de dominação e hierarquia em cada aspecto da vida pessoal e social – um esforço interminável, uma vez que o progresso ao atingir uma sociedade mais justa levará a uma nova compreensão e entendimento sobre formas de opressão que podem estar encobertas por pensamentos e práticas tradicionais”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Chomsky, Noam. *Optimism over despair – on capitalism, empire, and social change*. Chicago: Haymarket Books, 2017, p.181